

Gerenciamento da ocupação do espaço público de lazer: Instrumento de estímulo à segurança, economia, saúde e divulgação científica.

SCHARLAT YOHARA SOUSA MENEZES¹

¹Faculdade Única de Ipatinga

tcc@grupoprominas.com.br

Resumo. Com base na observação das problemáticas sociais, o presente estudo explora a definição do espaço público para permanência e convivência, destacando-o como uma ferramenta crucial para o desenvolvimento socioeconômico e intelectual. O objetivo do trabalho é explorar o potencial do espaço público de lazer na promoção da qualidade de vida e, consequentemente, identificar os campos passíveis de melhoria e indicar método de gestão eficiente. A metodologia aplicada foi pesquisa bibliográfica, revisando os autores: Jane Jacobs, Jan Gehl, E. L. Glaeser, F. de Oliveira, R. Rodrigues, tendo como resultado a identificação de oportunidade nas áreas de economia, saúde, segurança e divulgação científica. Diante disso, conclui-se que a ferramenta de gestão e planejamento colaborativo, liderados pela interação entre academia, indústria, governo e sociedade, que são os quatro territórios do conhecimento, nas programações de uso do espaço é uma proposta eficiente que beneficiará a população.

Palavras-chave: Espaço Público, Gestão, Cidade, Desenvolvimento, Territórios do Conhecimento.

1 Introdução

Este artigo aborda a gestão de espaços públicos de lazer e sua influência nas dimensões de segurança, saúde, economia e desenvolvimento intelectual nas áreas urbanas. Através de uma metodologia baseada em pesquisa bibliográfica, o estudo procura aprofundar a compreensão desses espaços como vetores de qualidade de vida, explorando-os como uma ferramenta eficaz pode alavancar o bem-estar da comunidade urbana.

As fontes bibliográficas foram escolhidas visando abranger uma ampla variedade de perspectivas sobre a gestão urbana, segurança pública, saúde comunitária, impacto econômico e potencial educativo de espaços abertos como praças e parques. A seleção incluiu publicações desde a segunda metade do século XX até os dias atuais, refletindo a evolução do pensamento e práticas urbanísticas.

Segurança: o estudo destaca como espaços públicos bem geridos podem aumentar a segurança urbana, reduzindo o crime e promovendo um ambiente seguro e acolhedor para todos. Estratégias como o design ambiental e a programação regular de atividades são

discutidas como meios de fortalecer a vigilância natural e a presença constante de pessoas, o que pode dissuadir atividades criminosas.

Saúde: a análise sobre saúde se concentra nos benefícios físicos e mentais proporcionados pelo acesso a espaços de lazer ao ar livre. O contato com a natureza, atividades físicas e a interação social em espaços verdes contribuem significativamente para a saúde mental e física da população, reduzindo doenças relacionadas ao estresse e ao estilo de vida sedentário.

Economia: no aspecto econômico, o artigo examina como espaços públicos de lazer podem estimular a economia local. A presença de áreas agradáveis e bem cuidadas pode aumentar o valor imobiliário, atrair turistas e incentivar o comércio local, criando um círculo virtuoso de investimento e melhorias contínuas.

Divulgação científica: o estudo aborda o papel dos espaços públicos na divulgação científica e no desenvolvimento intelectual. Esses locais podem servir como palcos para eventos educacionais e científicos, facilitando o engajamento público e a disseminação do conhecimento de forma acessível e inclusiva.

A discussão resultante desta revisão bibliográfica abrangente serve de base para recomendações estratégicas destinadas a otimizar a gestão desses espaços, com potencial para impactar positivamente a vida urbana em múltiplas dimensões. A eficácia da gestão de espaços públicos de lazer é vista como um catalisador crucial para melhorias na segurança, saúde, dinâmica econômica e enriquecimento intelectual das comunidades urbanas, reiterando a importância de políticas públicas bem fundamentadas e ações de planejamento urbano que reconheçam e maximizem o valor desses ambientes para o desenvolvimento social e cultural.

2 Metodologia

Este estudo empregou uma abordagem metodológica baseada em pesquisa bibliográfica, visando aprofundar o entendimento sobre a gestão do espaço público de lazer e seu impacto nas dimensões de segurança, saúde, economia e desenvolvimento intelectual. O objetivo central foi identificar lacunas e oportunidades para a melhoria da qualidade de vida urbana através de uma gestão eficiente desses espaços.

As fontes bibliográficas foram selecionadas para garantir uma cobertura abrangente dos temas relacionados ao espaço público e à dinâmica urbana. Os critérios de seleção incluíram:

- Tipos de publicação, incluindo livros, artigos científicos, relatórios técnicos, artigos de revistas eletrônicas, anais de conferências, sites especializados, e contribuições de programas televisivos;
- Período de publicação: as fontes consideradas abrangem publicações desde a segunda metade do século XX até a atualidade, enfatizando a evolução das práticas e teorias urbanísticas.
- Palavras-chave utilizadas: foram empregadas combinações de palavras-chave como "Espaço público", "espaço de lazer", "desenvolvimento urbano", "segurança",

"saúde", "praça", "parque público", "gestão urbana", "economia local", e "desenvolvimento intelectual".

Para selecionar o material, a pesquisa foi conduzida principalmente através do Google Scholar, complementada por buscas em outros servidores de conteúdo na internet, para maximizar o alcance e profundidade da revisão literária.

O processo de busca utilizou uma abordagem sistemática, combinando o objeto de estudo principal com conteúdos relacionados, por exemplo, "espaços públicos de lazer e segurança" e "desenvolvimento urbano e intelectual". Este processo foi interativo, ajustando-se as palavras-chave conforme necessário para refinar os resultados e garantir relevância máxima.

Após a primeira seleção, as fontes foram avaliadas quanto à sua relevância para o tema e a consistência com outras publicações identificadas. Os dados pertinentes foram então extraídos e organizados em resumos analíticos, permitindo uma síntese progressiva das informações encontradas, sendo citações, definições, manifestos e observações. Tais conhecimentos direcionaram para a identificação de oportunidades em áreas que podem ser otimizadas e na forma como conduzir para essa mudança.

Essa abordagem metódica para a revisão bibliográfica forneceu uma fundação sólida para a análise subsequente, permitindo uma compreensão detalhada e estruturada das múltiplas facetas do gerenciamento de espaços públicos de lazer. Os resultados desta metodologia embasam a discussão e as recomendações para práticas futuras na gestão urbana.

3 Resultados

Neste artigo, apresenta-se os resultados obtidos após uma investigação de como a gestão eficaz dos espaços públicos de lazer pode servir como um catalisador para melhorias em várias dimensões da vida urbana. A análise focou em quatro áreas principais: segurança, saúde, economia e divulgação científica. Cada seção detalha as descobertas específicas relacionadas a esses temas, enfatizando como os espaços públicos de lazer podem ser estrategicamente utilizados para promover o bem-estar coletivo e individual.

Os resultados oferecem uma perspectiva abrangente sobre os múltiplos benefícios que os espaços de lazer proporcionam, não apenas em termos de valor recreativo, mas também como essenciais contribuintes para a segurança comunitária, saúde pública, vigor econômico e enriquecimento intelectual. Ao examinar uma variedade de estudos e análises, esta seção visa fornecer uma base sólida de evidências que possam orientar futuras políticas e práticas de gestão de espaços públicos, garantindo que eles desempenhem um papel vital na melhoria da qualidade de vida nas áreas urbanas.

A seguir, detalhamos os resultados, dividindo-os pelos impactos identificados, proporcionando assim uma compreensão clara e organizada das contribuições da gestão de espaços públicos para os diferentes aspectos da vida na cidade.

3.1 Segurança

O que propicia a maior parte das experiências coletivas em comum é o espaço público: rua, calçada, parques e praças, por exemplo, que são ambientes que desempenham funções de transição ou permanência das pessoas. De forma mais clara, podemos utilizar a definição da arquiteta Patrícia Alomá (2013), em seu artigo no *site Archdaily*, que define o espaço público como “o lugar da cidade de propriedade e domínio da administração pública, o qual responsabiliza o Estado com seu cuidado e garantia do direito universal da cidadania e ao seu uso e usufruto”. No entanto, ainda paira sobre a massa da sociedade brasileira a ideia de que o que é público não é de ninguém, pensamento que se reflete na forma de zelar ou utilizar os ambientes e aquilo que os integram, acarretando depredações, conforme dado apresentado pelo agente de segurança pública Nascimento, em entrevista em programa televisivo:

Pelo menos um bem público é depredado a cada 24 horas em Belo Horizonte. Dados da prefeitura apontam que, de janeiro a julho deste ano, foram registradas 262 ocorrências de danos e pichações na metrópole. A região Centro-Sul lidera as estatísticas com 59 casos (Nascimento, 2019).

Contrariando essa ideia generalizada, aquilo que é de domínio público pertence a todos, ou seja, tanto o direito de usufruto quanto o dever de zelar, partindo do princípio sobre o meio ambiente ao qual a Constituição Federal, no artigo 225, cita que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Todavia, não foi somente o pensamento equivocado sobre a responsabilidade do bem coletivo que pôs um certo limite de uso nas praças. A depredação, com certeza, teve sua parcela, mas junto a ela existe o abandono devido à insegurança, ao medo de ser vítima de crimes como assalto, furto, além do temor de estarem em ambiente de uso e tráfico de drogas ilícitas. O medo corrente já foi protagonista de matérias sobre os locais, ancorado tanto na falta de infraestrutura, como iluminação, seguido pela fragilidade da segurança, o que ocasionou em mudanças de hábito da população que, aos poucos, trocou os espaços livres por muros. Tal sentimento influencia como os habitantes tendem a se comportar, conforme explicação de Augustin e Beduschi (2019, p.2-3):

Esse medo influencia a forma como os habitantes da cidade se relacionam com o espaço urbano. A sensação de que, a qualquer momento, possam ser vítimas de um crime faz com que as pessoas evitem os espaços públicos — vistos como perigosos — e se fechem no que Caldeira (1997, 2011) chama de enclaves fortificados, fenômeno que tem se expandido no Brasil, principalmente a partir da década de 80 e que mudou a forma como as classes médias e altas vivem, consomem, trabalham e usam seu tempo de lazer. A versão residencial desses enclaves fortificados são os condomínios fechados, mas eles também incluem os conjuntos de escritórios e os shopping centers. (AUGUSTIN e BEDUSCHI, 2019, p. 2-3)

Mas a história da praça precisa se limitar a um espaço de lazer com pistas de caminhada e bancos para descansar? Na Grécia Antiga, por exemplo, era chamada de

Ágora a principal praça das cidades gregas, onde se tinha o uso de mercado e assembleias do povo, além de ser um centro religioso. Esse uso aberto e com alta movimentação, anos mais tarde, em 1961, também encontra apoio nas palavras da escritora e ativista Jane Jacobs (1961), que destacou três fatores para promover um espaço mais humano e seguro:

Uma rua com infraestrutura para receber desconhecidos e ter a segurança como um trunfo devido à presença deles – como as ruas dos bairros prósperos – precisa ter três características principais: Primeira: Deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais; Segunda: Deve existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega; Terceira: A calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios para a rua e observar as calçadas. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua. (JACOBS, 1961, p. 29).

Jacobs indicou um caminho para a solução da segurança. Resumidamente: um desenho favorável à identificação da passagem, destino e permanência, em que se respeitem os limites público-privado, algo atrativo para que o espaço seja previsto por todos e gere fluxo de pessoas. Dessa forma, propôs aos gestores urbanos uma leitura sociocultural de suas cidades para implementação de praças com essas três características.

Qual desenho se encaixa melhor na realidade local? Qual desenho apresentaria suporte para as atividades necessárias? Quais e como essas atividades rotineiras e também as extraordinárias seriam desenvolvidas? São perguntas pelas quais obteríamos as respostas iniciais sobre os olhos das ruas, proposta pela ativista. Uma possível resposta, no caso do planejamento arquitetônico prévio, é promover áreas a fim de manter o ambiente com atividades variadas, planejar o que seria rotineiro que geraria atenção e fluxo e também atividades especiais, a fim de assegurar tais características. Em relação ao planejamento de luxo e atividades especiais, também é possível em ambientes já construídos, adaptando conforme a possibilidade espacial.

3.2 Economia

Entre as ciências, a economia “estuda a maneira de administrar os recursos disponíveis com o objetivo de produzir bens e serviços, e de distribuí-los para o seu consumo entre os membros da sociedade” (MENDES et al, 2015, p.16), ou seja, as relações de produção, distribuição e consumo dos bens e serviços. As pessoas sentem necessidade de obter tanto de itens essenciais à manutenção da vida, como alimento e água, quanto de bens de consumo como acessórios de moda e eletrodomésticos. Esse desejo de consumo e explorar novos sabores ainda é grande causa de deslocamento e permanência em locais, tais quais passeios em centros comerciais independentes, restaurantes e shoppings, ato que pode ser intensificado ou abrandado dependendo dos estímulos que receberam, por exemplo, a relação custo-benefício ou a sensação de posse, que está englobado em como

as pessoas reagem e interagem. Dentro do tema apresentado nesse artigo, como uma praça poderia fortalecer a economia local? De acordo com Borja (2006), em seu artigo publicado no site *Vitruvius*, considera-se três premissas de:

Em primeiro lugar, (...) pensemos sempre que as cidades em si são o comércio. Sem comércio não há cidade"; (...) "Segundo, que a cidade como espaço público depende muito da existência de um comércio desenvolvido no conjunto do espaço urbano. (...) Terceiro, (...) o urbanismo pode favorecer a animação urbana integrando o comércio em suas concepções. (BORJA, 2006)

Entrelaçar o comércio como espaço público é uma ferramenta de combate à desertificação da cidade, pois é atrativo de público, tanto para quem está de passagem, podendo ver os produtos e realizar compras rápidas, como de permanência, como um grupo de amigos que desfrutará do local por mais tempo. O espaço de lazer aliado a um bom gerenciamento, pode servir de vitrine para novos empreendedores, visto que o espaço também se encaixa no conceito da Economia Criativa.

Devemos considerar que o espaço público é um bem escasso, pois é limitado fisicamente e é mister uma organização para o maior alcance de pessoas assistidas nos seus limites. A partir dessa calendarização de vitrine, o gestor pode promover a ascensão de novos empreendedores com seus produtos e serviços, tornando a economia do bairro mais ativa, através de feiras de rua, festivais e outros eventos comemorativos. Por mais que o comerciante não fique com seu produto exposto diariamente, alcança visibilidade entre seus potenciais clientes.

3.3 Saúde

Caminhar, permitir a exposição da pele aos raios solares, ter contato com a natureza e socializar são fatores que aumentam a imunidade e podem prevenir doenças; e todos estes são passíveis de execução em uma praça ou parque públicos. Preferencialmente que ofereçam segurança e pontos de descanso para recompor-se ou manter-se na atividade, itens abordados nos tópicos anteriores.

Os três primeiros itens são mais incentivados pela proposta de desenho projetual local, e o retorno do praticante, pela percepção que tiver do mesmo, o que envolve segurança e os "olhos da rua" de Jacobs. E, juntamente com a socialização, podem ser ainda mais praticados quando disponibilizados programas de incentivo validados pelos gestores urbanos e comunidade.

Mais além, essa visão de gerenciamento pode ser reflexo do modo de pensar sobre o valor e papel da pessoa na cidade, como sendo o agente ou o produto, conforme Rodrigues (2012, p. 113):

Em relação aos espaços destinados para os corpos nas cidades, existem aqueles que são dedicados, principalmente, para a realização da necessidade de trânsito de todos os sujeitos pelas cidades, como, por exemplo, as vias públicas, cuja função em grande parte é a de serem utilizadas somente para permitir o deslocamento dos sujeitos para os seus locais de produção ou para determinados lugares onde podemos usufruir o consumo, inclusive como realização do tempo livre.

Sendo assim, os espaços urbanos oferecem pouca variabilidade para utilização dos corpos, pois os "espaços públicos" são predeterminados em termos de gestão para o funcionamento das cidades associado ao mundo do trabalho, em oposição aos "espaços particulares" em que buscamos ordenar seu funcionamento em decorrência da vontade individual.

Desta maneira, o que se estabelece em comum entre todos aqueles que circulam pela cidade em seus espaços públicos, é que esta é a intencionalidade da realização predominante da produção ou do consumo. (RODRIGUES, 2012, p. 113).

A saúde física e mental tem sido comprometida atualmente, ainda mais com o advento da pandemia do Covid-19, que assolou o mundo em 2020, que também agravou quadros de depressão e ansiedade.

Atividades físicas ajudam a manter o equilíbrio físico e mental, sobretudo em uma sociedade que está sofrendo migrações de cultura, tornando-se menos sociável e mais sedentária. Parte devido à falta de oferta e manutenção urbana para que as pessoas possam ter alternativas e falta de incentivo a novas práticas, permitindo e empurrando a sociedade para a chamada agorafobia, que “é o resultado da imposição de um modelo econômico e social que se traduz numa forma esterilizada de fazer a cidade visível onde se rentabilize e ignorando ou esquecendo o restante” (ALOMÁ, 2013, em artigo de *site*). Onde, infelizmente, o chamado restante inclui as pessoas.

Esse pensamento velho e cultural pode ser revertido, zelando pela saúde de todos, com acompanhamento dos gestores e participação comunitária, a fim de encaminhar a um estilo de vida saudável.

3.4 Divulgação Científica

De acordo com o dicionário Priberam (, sociabilizar é o ato de reunir-se em sociedade, em grupos, para ter um bom convívio social. Esse verbo de ação faz bem não somente à saúde, impactando no bem-estar, como também ao desenvolvimento intelectual.

Sobre o uso do espaço público empregado à intelectualidade, Oliveira (2011, p. 129) demonstra-se preocupação pelo não uso:

A relação entre intelectuais, conhecimento e espaço público entra em crise. O espaço público não é apenas publicização. (...) Isso pode ser um enorme equívoco, porque o público não é apenas publicização, o público é o outro pelo qual somente através do qual se reproduz e produz conhecimento. (...) Onde está a produção de conhecimento? Parece, na verdade, que a capacidade de interlocução está grandemente reduzida. (OLIVEIRA, 2011, p. 129)

A validade da preocupação encontra apoio de profissionais da educação e psicologia, visto que um dos fatores para o desenvolvimento humano, especialmente na infância, é a socialização. Confere-se o pensamento de Pinto e Branco (2009, p. 512):

O desenvolvimento psíquico dá-se mediante as atividades semióticas partilhadas nas práticas da sociedade e da cultura. É pela troca cultural em interações sociais que as mediações afetam a organização, o funcionamento e a consequente constituição das funções psicológicas mais sofisticadas. (ROGOFF, A natureza cultural do desenvolvimento humano, 2005 apud PINTO e BRANCO, 2009, p. 512)

Uma das formas de atender ao incentivo do desenvolvimento intelectual, fora a esfera empírica e autodidata, é a divulgação científica. Nesse campo, abrangendo também provocações filosóficas, para além de conhecer a história da filosofia, estimular a filosofar em prol de uma nova história. A partir de então, ter uma sociedade mais ativa e

solucionadora de problemas e eventuais desafios. André Mendonça (2016, p.106) defende que a filosofia contemporânea deveria se inspirar na prática de Sócrates, referindo-se à ágora grega, discutindo sobre a influência geográfica acerca da acessibilidade ou restrição do conhecimento. Enquanto na ágora grega o conhecimento era para todos, atualmente a filosofia – e nesse trabalho estende-se a diversas áreas da ciência- ficou aprisionada aos departamentos acadêmicos.

De acordo com Magalhães, Silva e Gonçalves (2017, p.22) a comunicação científica, uma especialidade da ciência da informação, envolve reflexões sobre a geração e transferência de informação científica, incluindo a participação da sociedade. A divulgação reflete um modo de produção de conhecimento restrito e cria uma figura de divulgador para minimizar a tensão entre produtores e usuários/consumidores de conhecimento científico. Seu papel está relacionado à educação científica, que envolve não apenas a transmissão de conhecimentos prontos, mas também a compreensão dos processos de produção do conhecimento científico, incluindo seus riscos, controvérsias e contexto histórico.

Durante o século XX, a responsabilidade pela busca e pelas consequências dos avanços técnico-científicos foi principalmente atribuída a uma elite de especialistas, deixando os cidadãos leigos excluídos desse processo, conforme Valério. (2006, p.36).

Uma crítica feita à forma de apresentação da ciência é feita por Magalhães, Silva e Gonçalves (2017, p.20-21):

Sua tendência em projetar as qualidades do conhecimento científico sobre os indivíduos que o produzem, os cientistas. Esta projeção da ciência sobre seus praticantes é parcialmente responsável pela imagem pública dos cientistas como super-homens ou supermulheres, fato que obscurece a verdadeira natureza da ciência e dificulta ainda mais a compreensão pública da trajetória da ciência. (...)

Para compreender a ciência, o público precisa de algo além do mero conhecimento dos fatos. Muito mais que imagens idealizadas de método científico, o que o público necessariamente precisa é de uma percepção sobre o modo pelo qual o sistema social da ciência realmente funciona para divulgar o que é usualmente conhecido e confiável a respeito do mundo natural. O público deve compreender que às vezes a ciência funciona não por causa de, mas apesar dos indivíduos envolvidos no processo de produção e disseminação do conhecimento. Para tanto, a divulgação científica é essencial.

De acordo com Valério (2006, p.74), nos países pobres o não atendimento às demandas da sociedade resulta em atraso no desenvolvimento. Questões contemporâneas, como clonagem e alimentos transgênicos, são frequentemente abordadas na mídia, mas a discussão sobre esses temas geralmente fica restrita ao ambiente acadêmico. Muitos outros assuntos poderiam ser discutidos publicamente, nas ruas, praças, se fossem apresentados de forma adequada ao público leigo.

A realização de feiras intelectuais em locais remotos e de forma exclusiva levanta questões importantes sobre acessibilidade e inclusão no contexto científico e educacional. Embora esses eventos sejam projetados para aprofundar e explorar assuntos complexos, surge a crítica quanto à falta de esforços para promover a ampla disseminação e interação dos conhecimentos apresentados. Historicamente, a participação em feiras de ciências nas escolas tornou-se uma prática estática, não acompanhando as rápidas mudanças sociais impulsionadas pelas novas tecnologias. A necessidade de novos formatos de interação é evidente, especialmente considerando o crescente interesse da sociedade em se envolver mais diretamente com as inovações científicas produzidas localmente.

Além disso, observa-se que a responsabilidade de fomentar a educação e o engajamento científico frequentemente recai sobre os gestores municipais. Estes, por sua vez, podem empregar estratégias criativas e estabelecer parcerias público-privadas para facilitar esses encontros significativos entre pesquisadores e a comunidade. Utilizando espaços de lazer habituais, é possível promover uma maior proximidade e um intercâmbio de experiências diversificadas, enriquecendo tanto a comunidade científica quanto o público geral. Assim, reforça-se a importância de repensar os formatos tradicionais de feiras de ciências para adaptá-los às necessidades contemporâneas de uma sociedade em constante evolução.

4 Conclusão

Este artigo faz uma análise sobre a gestão eficaz dos espaços públicos de lazer como catalisadores para melhorias em várias dimensões da vida urbana. Ao examinar os impactos nas áreas de segurança, saúde, economia e divulgação científica, os resultados destacam a importância desses espaços não apenas como locais de recreação, mas também como promotores do bem-estar coletivo e individual.

Na seção sobre segurança, foi abordada a necessidade de um entendimento coletivo sobre a responsabilidade e o cuidado com os espaços públicos, destacando-se a importância de estratégias de design urbano que promovam a segurança e a vitalidade das áreas públicas. Já no aspecto econômico, discutiu-se como a integração do comércio nos espaços públicos pode contribuir para a vitalidade econômica local, proporcionando oportunidades para novos empreendedores e fortalecendo a economia do bairro.

Quanto à saúde, enfatizou-se o potencial dos espaços públicos de lazer para promover a atividade física, o contato com a natureza e a socialização, contribuindo assim para a melhoria da saúde física e mental da comunidade. Por fim, na seção de divulgação científica, foi destacada a importância de tornar o conhecimento científico acessível ao público em geral, promovendo assim a compreensão dos processos científicos e incentivando a participação da comunidade na discussão e na produção de conhecimento.

A transição para o modelo de inovação de quatro hélices, ao incluir a sociedade como um elemento central, emerge como um componente vital para alavancar o desenvolvimento dos distritos de inovação no contexto brasileiro e latino-americano. Enquanto os paradigmas de segunda ou terceira geração preconizam a interação entre academia, indústria e governo, o modelo de quatro hélices reconhece o papel preponderante da sociedade na promoção da inovação e no avanço sustentável.

Nesse sentido, os espaços públicos de lazer podem desempenhar uma função primordial como locais de encontro e interação entre os diversos agentes sociais, incluindo empresas, instituições de ensino e pesquisa, governo e a comunidade em geral. Tais espaços podem ser utilizados para a realização de eventos, feiras e atividades que fomentem a colaboração e a troca de conhecimentos e ideias entre os diferentes setores.

Ademais, a eficaz gestão dos espaços públicos de lazer, conforme delineado na conclusão do texto, pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Ao promover a segurança, saúde, atividade econômica e divulgação

científica, esses espaços se configuram como verdadeiros motores de inovação e progresso.

Em suma, os resultados apresentados oferecem uma base sólida para orientar políticas e práticas de gestão de espaços públicos, visando melhorar a qualidade de vida nas áreas urbanas e promover o engajamento da comunidade em questões de interesse público e científico.

5 Referências

Alberto Tostes, R. (2006). A IMPORTÂNCIA DA DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA. *Revista Acadêmica Ciência Animal*, 4(4), 73–74. <https://doi.org/10.7213/cienciaanimal.v4i4.9540>

Almeida, C. (2014). *Espaço público: Flexibilidade e apropriação. Intervenção no Convento de Santo António dos Capuchos* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa].

Alomá, P. R. (2019). *O espaço público, esse protagonista da cidade*. Recuperado em 27 de junho de 2019, de <https://www.archdaily.com.br/br/01-162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>

Augustin, A. C., & Beduschi, T. (2019). *Espaço público e segurança: Uma análise da criminalidade nas praças Argentina e Raul Pilla em Porto Alegre*. Anais do XVIII ENANPUR. Recuperado em 28 de janeiro de 2021, de <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1085>

Borja, J. (2019). *Espaço público, condição de cidade democrática: a criação de um lugar de intercâmbio*. Recuperado em 1 de novembro de 2019, de <https://vitruvius.com.br/index.php/revistas/read/arquitextos/06.072/353>

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988.

Colon, L. (2019). *Processo de 'desertificação' é uma ameaça para as cidades, diz socióloga*. Recuperado em 27 de junho de 2019, de <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/08/1669583-processo-de-desertificacao-e-uma-ameaca-para-as-cidades-diz-sociologa.shtml>

Evers, H. (2019). *Nossa cidade: o papel do espaço público na vida urbana*. Recuperado em 27 de junho de 2019. thecityfixbrasil.com/2015/05/06/nossa-cidade-o-papel-do-espaco-publico-na-vida-urbana/.

Gehl, J. (2013). *Cidade para pessoas* (A. DiMarco, Trad., 2ª ed.). São Paulo: Perspectiva.

Glaeser, E. L. (2011). *Os centros urbanos: A maior invenção da humanidade: como as cidades se tornam mais ricas, inteligentes, saudáveis e sustentáveis* (E. Abramowicz, Trad.). Rio de Janeiro: Elsevier.

Jacobs, J. (2011). *Morte e vida das grandes cidades* (C. S. Mendes Rosa, Trad., M. E. H. Cavaleiro, Revisão da trad., C. A. G. Bailão, Revisão técnica, 3ª ed.). São Paulo: Editora WMF Martins Fontes. (Original work published in 1961).

Magalhães, C., da Silva, E., & Gonçalves, C. (2017). *A interface entre alfabetização científica e divulgação científica*. Revista Areté | Revista Amazônica De Ensino De Ciências, 5(9), 14-28. Recuperado de <https://periodicos.uea.edu.br/index.php/arete/article/view/44>

Mazo, L. M. S., & Ballesteros, A. H. (2016). *O espaço público nas intervenções urbanas em assentamentos populares de Medellín-Colômbia. Transformações no cotidiano da população*. IV ENANPARQ. Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, 25 a 29 de Julho de 2016. Recuperado em 24 de janeiro de 2021. http://www.favelasaopaulomedellin.fau.usp.br/wp-content/uploads/2016/09/Mazo-Ballesteros_iv-enanparq.pdf

Mendes, C. M., et al. (2015). *Introdução à economia* (3ª ed. rev. amp.). Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB.

Mendonça, A. L. de O. (2017). *Manifesto da Filosofia Pau-Brasil: da Filosofia na Ágora à Filosofia de Agora*. E de Volta para o 'Futuro Passado!'. Em Construção, 1(1), 106-122. DOI:10.12957/emconstrucao.2017.28127.

Nascimento, S. (2020). *Depredação é cenário comum em todas as praças do hipercentro da capital*. Hoje em Dia. Recuperado em 24 de novembro de 2020, de <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/depreda%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-cen%C3%A1rio-comum-em-todas-as-pra%C3%A7as-do-hipercentro-da-capital-1.737>

Oliveira, F. de. (2001). *Intelectuais, conhecimento e espaço público*. Revista Brasileira de Educação, (18), Conferência de abertura da 24ª Reunião Anual da ANPEd. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania. Recuperado em 5 de julho de 2019. <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n18/n18a13>

Pinto, R. G., & Branco, A. U. (2009). Práticas de socialização e desenvolvimento na educação infantil: contribuições da psicologia sociocultural. *Temas em Psicologia*, 17(2), 511-525. ISSN 1413-389X.

Priberam. (s.d.). Sociabilizar. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Recuperado de <https://dicionario.priberam.org/sociabilizar#:~:text=1.,ou%20reunir%2Dse%20em%20sociedade>

Rodrigues, R. (2012). Os espaços urbanos, as práticas corporais e a saúde mental. *Mental*, 10(18), 109-128. Barbacena-MG.

Sassen, S., & Castro, L. G. R. de. (2019). *O que é espaço público?* Recuperado em 27 de junho de 2019. u17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx

Valério, M., & Bazzo, W. A. (2006). O papel da divulgação científica em nossa sociedade de risco: em prol de uma nova ordem de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. *Revista de Ensino de Engenharia*, 25(1), 31-39.